


 Maria Aparecida da Silva

O caráter democrático da Universidade Pública: um desafio permanente¹

Para tratar da democracia na universidade, parece bastante pertinente recorrer a Marilena Chauí (1995), segundo a qual, a concepção de Democracia ultrapassa o conceito de regime político baseado na Lei e na alternância no governo, através da disputa de partidos políticos que representam interesses de grupos sociais com poderes desiguais; considera a democracia, além dos fatores anteriores, uma forma geral da existência social baseada na criação, reconhecimento e garantia de direitos e deveres dos cidadãos. Nesse sentido, faz distinção entre os dois conceitos, no primeiro prioriza-se a satisfação de interesses (empresariais ou de corporações universitárias), sendo gerais para grupos e classes sociais diferentes, interesses são particulares e de pequena generalidade social, portanto, não universalizam-se em direitos.

Já, segundo a mesma autora, "numa Universidade Pública volta-se para os direitos dos cidadãos e não para a satisfação de interesses, sejam estes os das corporações empresariais ou das corporações universitárias. Direitos são universais, ou porque são os mesmos para todos ou porque, sendo diferenciados, são universalmente conhecidos por todos como legítimos".

A cada ano, as pesquisas referentes ao vestibular têm demonstrado (o que não é mais novidade para ninguém) que a grande maioria dos candidatos aprovados nos concursos têm entre outras características, o fato de serem em sua maioria oriundos de escolas privadas. Fator que não se analisa de maneira isolada, pois evidencia um forte fator avaliativo tanto da escola pública quanto do próprio vestibular, cada vez mais seletivo e discriminatório em todas

as suas fases, embora no discurso a história seja outra.

A Escola Pública de Ensino Fundamental e Médio, tutelada por propostas políticas a cada gestão, não tem a tão propaganda autonomia político-pedagógica, sua ênfase nos conteúdos foi por muito tempo questionada e vem paulatinamente procurando novos caminhos, porém com escassez de recursos qualitativos no que se refere a qualificação de seus profissionais, que buscam individualmente seu crescimento pagando cursos de graduação e especialização, sem a menor valorização profissional e/ou incentivo salarial; quanto aos materiais pedagógicos, são estimulados em muitos momentos a usar a sucata e a criatividade; há ênfase em projetos, porém o individualismo é cada vez mais incentivado e seus alunos têm cada vez menos chances de ingressar em universidades públicas. Penso que uma universidade pública deva oferecer condições de igualdade de acesso, não defendendo que deva desqualificar concursos, empobrecer seus conteúdos ou ser caridosa com alunos economicamente desfavorecidos, mas já é tempo das universidades intensificarem diálogo com os profissionais que estão no "chão da escola"², pois até o momento tem conversado com pessoal de gabinete, que repassa à sua maneira e de acordo com o autorizado o discurso ouvido de forma impositiva, assim, o que muitas vezes poderiam ser boas idéias transformadas em práticas qualitativas tornam-se aspectos aversivos aos profissionais. Além disso, como afirma Paulo Freire, "as autoridades escolares (Municipais, Estaduais, Federais) procuram elaborar um currículo que seja à prova de professores", ou seja, o professor é desconsiderado como ser pensante sobre

sua própria prática e subestimado quanto à sua competência profissional.

O que a Universidade tem a ver com isso?

A democracia na universidade, no que se refere a ingresso, permanência e diferentes vozes (o que não significa ecletismo, mas diálogo real com a diversidade de idéias que podem ou não ser divergentes, provocando conflitos teóricos e ideológicos e consequentemente crescimento teórico e busca de caminhos e quiçá soluções práticas para problemas reais) ainda é um desafio a ser encarado não apenas pela universidade pública, mas por estudantes e educadores de escolas públicas e privadas, por representantes de diferentes movimentos populares e políticos comprometidos com as classes populares.

A Universidade vem perdendo sua autonomia, vem "...sendo transformada na direção de um economicismo tecnocrático que concebe a organização e o funcionamento da vida acadêmica em termos empresariais." (Ianni, 1997) As políticas neoliberais objetivam ainda, como afirma Octavio Ianni "...mutilar, para induzir à privatização, para induzir a um tecnicismo economicista, para colocar a Universidade a serviço da empresa privada, para tornar a Universidade uma empresa privada." O que se percebe até mesmo nos reflexos do concurso vestibular quando a maioria dos aprovados, segundo dados revelados pelos meios de comunicação, são estudantes oriundos de escolas privadas de Ensino Fundamental e Médio, desde os primeiros anos de escolaridade, além da frequência aos cursinhos preparatórios ao vestibular. É a universidade atendendo à lógica discriminatória e antidemocrática do mer-

cado, principalmente das grandes e poderosas empresas - escola com seus cursos que preparam, com excelência, para o vestibular.

Parece que a Universidade Pública vem servindo a uma pequena parcela da população, que tem a "sorte" de realizar seus estudos nas "boas" escolas do País. Escolas que preocupam-se em preparar seus alunos/clientes, conforme seus interesses de status e desejos de assumir cargos de direção e gestão na sociedade.

Por outro lado, não parece justo analisar a universidade de maneira isolada, pois ela está também inserida num contexto neoliberal que além de expectativas, lança condicionantes e imposições a serem cumpridas para que continue a existir como importante para esta sociedade (neoliberal). Sendo assim, é preciso produzir para satisfazer interesses da classe dominante, das empresas locais, do mercado, do consumo.

"O domínio do saber e das técnicas não eliminou a fome, a violência e a ignorância, e ainda serviu para aumentar a desigualdade entre os homens" (BUARQUE, p. 15)

O avanço técnico tem produzido necessidades de consumo constantes. Hoje, um dos símbolos de poder e status constitui-se em ser altamente consumidor de produtos e serviços que o mercado oferece.

A Universidade, numa sociedade neoliberal, é um desses serviços ou produtos, portanto, significando poder e status deve ser restrita a uma pequena parcela da população.

Como trabalhar com estes alunos oriundos, em sua maioria, de uma determinada classe social, cultural e econômica, para que colaborem, através do saber e da pesquisa, para quebrar o apartheid cultural, social e econômico a que está submetida a maioria da população?

Acredito que seja este mais um dos grandes desafios da Universidade Pública (além da luta para que continue pública, com real autonomia para pesquisa, gestão, financiamento...) pois isto exige reflexão, criticidade, posicionamento político e ético, além de compromisso com a coletividade e contato real com a realidade teorizada nas salas de aula. Já não basta formar sujeitos que assimilam e discursam competentemente sobre determinadas teorias políticas e/ou concepções filosóficas,

administrativas, literárias, científicas, físicas etc. Mas que transformem seu discurso por um mundo melhor em atitudes éticas, coletivas e individuais, contraditoriamente, num mundo que tem globalizado principalmente, o individualismo e a miséria.

"A Universidade Pública deve ser defendida como instituição pública autônoma, como espaço de direitos da cidadania" (Chauí, 1995), desta forma faz-se necessário, além dos serviços que já oferece a comunidade através de pesquisa, (mais de 90% da produção científica do Brasil, segundo dados de agências de fomento à pesquisa) e prestação de serviços, ampliar possibilidades de acesso à parcela excluída por não frequentar escolas privadas conceituadas como "boas, qualitativas, de excelência!".

Acredito que a Universidade deva intensificar o diálogo, já iniciado por alguns de seus departamentos, junto às escolas e outras instituições públicas e também privadas, órgãos de classe dos trabalhadores, com a finalidade de ouvir, aprender, ensinar e quiçá ampliar as possibilidades de aprendizagem dos alunos da escola pública, nos diferentes níveis de ensino e por que não, do acesso desses alunos ao ensino público superior, não através de caridade, mas da ampliação de possibilidades e reconhecimento do potencial intelectual e conhecimento de realidade que possuem.

Acredito na Universidade Pública re-

almente democrática, quando a maioria dos alunos das escolas públicas puderem, no mínimo, "competir" em igualdade de condições (se é que se pode falar em igualdade numa situação de competição!), com os alunos oriundos de instituições de Ensino Fundamental e Médio privadas de ensino.

Quando o espaço e a ótica do privado deixarem de tomar conta do espaço público, restando aos "desqualificados" concorrerem nas universidades e faculdades privadas de alto custo que proliferam pelo país devido à demanda mercadológica, embora acredite que muitas sejam também de qualidade.

Como afirma VIEIRA, 1987:

...Em qualquer sociedade, seja ela conservadora ou progressista, a educação superior constitui um bem cultural acessível a uma minoria e a universidade é privilégio de poucos. (p.11) ... assim constitui-se em desafio, a partir da luta pela melhoria quantitativa e qualitativa da escola de 3º grau, empenhar-se na defesa de uma universidade que possa beneficiar a maioria e não colabore no pacto de exclusão social dos despossuídos. (p.12)

1. O presente artigo teve publicação preliminar no site www.psicopedagogia.com.br
2. Expressão utilizada pela Professora Targélia de Souza Albuquerque, no livro: Avaliar com os pés no chão da Escola, 2000.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALBUQUERQUE, Targélia de Souza. A Pedagogia do cotidiano: lições do vivido e do aprendizado. In: CARVALHO, Maria Helena da Costa (org.). Avaliar com os pés no chão da escola - Reconstruindo a prática pedagógica no Ensino Fundamental. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2000.
2. ALVES, Rubem. Pícolépolis. Opinião, folha de São Paulo, 25/06/2000
3. BUARQUE, Cristovam. A aventura da Universidade. São Paulo. Ed. UNESP: Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994.
4. CHAUI, Marilena. Em torno da Universidade de responsabilidade e de serviços. Revista USP, São Paulo, março/maio, 1995.
5. _____. A Universidade Operacional. Folha de São Paulo, 09 de maio de 1999.
6. FREIRE, Paulo. Existe Estrutura e rigor na educação libertadora? As classes dialógicas tornam iguais os professores e os alunos?
6. IANNI, Octavio. A visão mercadológica do governo e o distanciamento da sociedade. Conjuntura Educacional, ano VII, n.º 12, fev. de 1997.
7. UFPR. Pela Universidade Pública. Resenha, 17 de julho de 2000.
8. VIEIRA, Sofia Lerche. A democratização da universidade e a socialização do conhecimento. In: FÁVERO, Maria de Lourdes (org.). A Universidade em Questão. São Paulo, ED. Autores Associados, 1987.